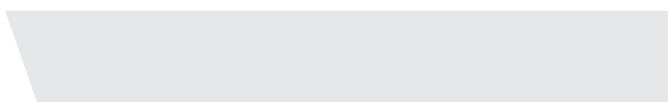
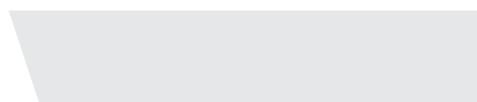


# Balanço de Governo 2003 | 2010

## **5. Democracia e Diálogo**

# Índice



## 5 DEMOCRACIA E DIÁLOGO

<b>3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>95</b>
INTRODUÇÃO .....	96
O QUE FOI FEITO .....	97
MARCOS LEGAIS .....	124
<b>4. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>127</b>
INTRODUÇÃO .....	128
O QUE FOI FEITO .....	130
MARCOS LEGAIS .....	181
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA: .....	182
<b>5. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>185</b>
INTRODUÇÃO .....	186
O QUE FOI FEITO .....	186
GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	203
MARCOS LEGAIS .....	205
INDICADORES AGREGADOS DE RESULTADO .....	205
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA .....	207

Participação

Societal

**1.**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

# INTRODUÇÃO

Em 2003, na Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional, o presidente da República reforçou seu compromisso com a construção de uma nação moderna, democrática e socialmente solidária. Para superar o antigo modelo foi necessário esforço conjunto da sociedade e do Estado. Um projeto coletivo de emancipação social firmou-se a partir de 2003. O Governo empenhou-se, desde o início, em construir uma nova relação do Estado com a sociedade. Uma relação de diálogo permanente e de respeito pela autonomia dos movimentos e pela democratização das decisões.

Até esse momento, não havia, no âmbito do Poder Executivo Federal, uma instituição responsável por coordenar essa interlocução com a sociedade civil. Uma das primeiras medidas adotadas pela nova administração pública foi a redefinição nas atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República, que assumiu a coordenação do diálogo entre o Governo e a sociedade civil.

Houve uma mudança completa no modo de elaborar as políticas públicas. Mudou também, estruturalmente, a forma de implementá-las e de avaliá-las. Antes, as políticas eram decididas exclusivamente pelos técnicos e pelos dirigentes dos ministérios, mas, a partir de 2003, passaram a ser formuladas em conjunto com os movimentos sociais nas conferências, conselhos, fóruns e mesas de diálogo.

Um exemplo dessa nova forma de relacionamento foi o amplo processo de discussão do Plano Plurianual 2004-2007. Realizado ao longo do ano de 2003, com a participação de 2.170 entidades da sociedade civil em 27 fóruns estaduais, esse inédito processo de planejamento participativo envolveu a discussão dos principais desafios para o País.

Os canais de participação social – conselhos, conferências, ouvidorias, fóruns, mesas de negociação – foram ampliados e fortalecidos. O maior exemplo disso são as conferências nacionais, que, neste governo, adquiriram caráter congressional inovador, com a realização de etapas municipais, estaduais e federal. Diversos conselhos de políticas públicas foram inteiramente reformulados e democratizados; outros, que haviam sido extintos, foram recriados. Por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado em 1992, não funcionava desde 1995. As conferências nacionais não tinham periodicidade definida e mais se pareciam com seminários técnicos do que com espaços plurais de discussão das políticas públicas.

As mesas de negociação foram implementadas e constituíram importante espaço para discussão dos temas estratégicos para o País. Por exemplo, a Mesa de Negociação para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar foi experiência inédita de diálogo e negociação tripartite – empresários, trabalhadores e Governo Federal. O resultado foi um pioneiro Compromisso Nacional, estabelecendo práticas empresariais que ampliam os direitos reconhecidos em lei e aperfeiçoam as condições relativas ao setor.

Por meio das audiências públicas, o Governo promoveu a discussão de temas de grande relevância para o País, buscando um processo de negociação e a construção de consensos. É o caso do Plano da Amazônia Sustentável (PAS) e do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, do Projeto de Integração de Bacias do São Francisco, do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, do Plano Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, dentre outros.

## **Desafios do mandato e compromissos assumidos**

Um dos grandes desafios assumidos pelo Governo foi a reformulação da relação entre o Estado e a sociedade, conferindo plena efetividade aos princípios da democracia participativa previstos na Constituição Federal de 1988.

A adoção de uma gestão pública participativa foi incorporada como elemento-chave dessa nova forma de governar. Houve uma ação deliberada de constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à cogestão pública e à articulação entre democracia representativa e democracia participativa.

O Governo se comprometeu a valorizar as instituições democráticas e a criar novos canais de diálogo com a sociedade, tais como conselhos nacionais, mesas de negociação e de diálogo, conferências nacionais, fóruns e grupos de trabalho.

Em relação aos canais de interlocução do Governo com a sociedade – conselhos, conferências, ouvidorias, fóruns, mesas de negociação –, antes de 2003, não havia orientação clara no sentido de fortalecê-los e de incorporá-los ao processo de construção das políticas públicas. Este governo comprometeu-se em implementar ações deliberadas de constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à cogestão e à articulação entre democracia representativa e democracia participativa.

Outro compromisso assumido foi o de incorporar nas delegações oficiais ao exterior representantes dos movimentos sociais do País. Além disso, a sociedade civil internacional, comprometida com a afirmação de uma globalização mais solidária, tem recebido especial atenção, a exemplo das sucessivas edições do Fórum Social Mundial, nos quais a Secretaria-Geral articulou a participação do Governo brasileiro.

# O QUE FOI FEITO

O Governo Federal adotou, como método, o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio da democracia participativa inscrito na Constituição Brasileira de 1988.

A construção de uma nova relação entre o Estado e a sociedade exigiu a redefinição das atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República que, a partir de janeiro de 2003, passou a ser o órgão responsável pela coordenação do diálogo do Governo com a sociedade civil: os movimentos sociais, o empresariado, o movimento sindical, a intelectualidade, as organizações não governamentais (ONG), tanto nacionais quanto internacionais. Ao promover essa interlocução regular e sistemática, foi estimulada a cultura de participação social no interior do Estado brasileiro e a sociedade civil foi reconhecida como sujeito ativo das decisões governamentais, promovendo uma efetiva socialização da política.

Os movimentos do campo, por exemplo, expressaram-se publicamente em manifestações como o Grito da Terra, a Marcha das Margaridas, as jornadas do Fórum em Defesa da Reforma Agrária, dentre outras. Além disso, todos estes anos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, participaram ativamente da construção dos Planos Safra.

Tanto as políticas estruturais, nas suas diversas áreas, quanto as decisões conjunturais mais relevantes são submetidas à análise da sociedade civil por meio de canais de interlocução com o Estado – conselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo etc –, que já constituem, na prática, um verdadeiro sistema nacional de democracia participativa.

Os conselhos de políticas públicas são espaços institucionais de interlocução do Estado com a sociedade. Compostos por representantes de entidades da sociedade civil e do poder público, os conselhos garantem a participação da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Nos últimos oito anos, diversos conselhos foram reformulados e/ou criados.

As conferências nacionais permitiram aos mais variados segmentos da sociedade civil expressarem suas demandas e propostas. Constituídas por etapas municipais, estaduais e nacional, as 73 conferências nacionais, realizadas entre 2003 e 2010, mobilizaram diretamente mais de cinco milhões de pessoas em cerca de cinco mil municípios brasileiros. Diversas políticas públicas foram objeto de debate durante as conferências nacionais, tais como: desenvolvimento, geração de emprego e de renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana, segurança pública, e muitas outras. O próprio presidente da República compareceu a 33 conferências.

As ouvidorias, por sua vez, são um canal direto de interlocução do cidadão com o Estado, dando sentido individual à participação social. Desde 2003, o Governo Federal iniciou um movimento de fortalecimento das ouvidorias com o objetivo de propiciar aos cidadãos a possibilidade de buscar informações, avaliar, criticar e aperfeiçoar os serviços e as políticas públicas. Atualmente, existem, na administração direta e indireta do Poder Executivo, 165 ouvidorias – em 2003, eram 40 –, que registraram uma média de três milhões de manifestações ao ano.

As mesas de negociação, os fóruns de discussão e as audiências públicas garantiram que temas estratégicos para o desenvolvimento nacional fossem amplamente discutidos com a sociedade civil. Por intermédio da Mesa de Negociação com as Centrais Sindicais, o Governo formulou uma política de valorização permanente do salário mínimo que beneficiou mais de 45 milhões de trabalhadores ativos e aposentados.

O presidente da República participou diretamente desse processo de diálogo social recebendo ou visitando as principais entidades nacionais, tais como: as centrais sindicais, as entidades empresariais, os movimentos sociais, as organizações de trabalhadores rurais, as ONGs etc. Também encontrou-se com entidades e lideranças nas 840 viagens feitas em território nacional, bem como nas viagens internacionais, quando participou de atividades com entidades e personalidades dos países visitados.

O diálogo do Governo com a sociedade civil internacional tem sido importante no esforço de construir relações politicamente mais democráticas e economicamente mais equitativas. Um grande avanço foi a incorporação de representantes da sociedade civil nas delegações oficiais que participam de reuniões de organismos internacionais, por exemplo: na Conferência sobre a Sociedade da Informação, em Genebra; na Declaração Voluntária sobre Direito à Alimentação da ONU; nas negociações da Organização Mundial do Comércio, em Cancun. Em 2004, quando foi lançada a Ação Global contra a Fome e a Pobreza, representantes do movimento social acompanharam o presidente da República na reunião com os demais líderes da França, da Espanha e do Chile.



Para fortalecer o Mercosul, por meio de maior participação cidadã, o Governo Federal promoveu uma série de iniciativas, tais como a criação do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e a realização dos Encontros com o Mercosul, do programa regional Somos Mercosul e das Cúpulas Sociais do Mercosul. Todos contaram com ampla participação de representantes da sociedade civil e operaram em estreita sintonia com o Parlamento do Mercosul, com as reuniões especializadas e com as reuniões de ministros do Mercosul.

O diálogo internacional do Estado brasileiro também possibilitou o envolvimento de organizações da sociedade civil na elaboração de projetos de cooperação internacional. Moçambique, África do Sul e Namíbia foram os países-alvo dessa experiência pioneira. O caráter inovador do projeto não advém somente da participação de organizações sociais brasileiras e africanas. Ele se deve, principalmente, à elaboração de um novo conceito sobre “cooperação técnica”, que passou a ser compreendido como “transferência de tecnologias sociais”.

Outra ação importante no âmbito da participação social é o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), instituído em 2005 com a finalidade de reconhecer, estimular e difundir ações e projetos que contribuam para que o País atinja as metas de desenvolvimento estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a serem alcançadas até 2015. O Prêmio é uma iniciativa do Governo em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Já foram realizadas três edições do Prêmio: 2005, 2008 e 2010, com um total de 3.459 projetos inscritos.

### **Conferências Nacionais**

As Conferências Nacionais são espaços de interlocução do Estado e da sociedade civil e simbolizam a ampliação da participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas.

Entre 2003 e 2010, as conferências nacionais foram realizadas a partir de um inovador formato congressual: começam nos municípios e, depois de encontros estaduais, finalmente convergem para o evento síntese, de caráter nacional. Geralmente, as conferências são convocadas pelo Executivo, em parceria com os conselhos de políticas públicas, reforçando o elo entre os diversos canais de participação social.

Os conferencistas são delegados eleitos pela sociedade civil e/ou indicados por órgãos governamentais dos três níveis da Federação. Os delegados atuam ativamente nos grupos de trabalho e nas plenárias: opinam, divergem, concordam, ou seja, interagem o tempo todo. As discussões travadas nas conferências nacionais são norteadas pelo texto-base, em geral elaborado pelo respectivo ministério com contribuições das entidades da sociedade civil.

As deliberações das conferências incidiram fortemente nas políticas públicas implementadas pelo Governo. Muitas se tornaram projetos de lei, já aprovados, ou em tramitação no Congresso Nacional. Outras, por meio de decretos ou portarias, foram imediatamente postas em prática pelo Poder Executivo.

### **Objetivos**

Examinar, debater e formular proposições relativas às políticas públicas.

### **Instrumentos legais**

- Decreto presidencial ou portaria do ministro titular da política setorial em análise e em debate.

### **Participação e controle social**

O Brasil democrático vem criando e fortalecendo instrumentos que garantem um diálogo permanente entre o Estado e a sociedade civil. A quantidade de pessoas e organizações sociais envolvidas nos processos participativos e a expansão dos espaços públicos partilhados entre o Governo e a sociedade conferem ao Brasil um ambiente cada vez mais favorável para tratar do déficit social ainda existente. São muitos os exemplos de canais abertos ou revitalizados pelo Governo Federal com o objetivo de incluir a experiência acumulada pela sociedade civil na decisão das grandes políticas públicas.

### **Modelo de gestão**

As conferências nacionais contam com intenso envolvimento dos ministérios, das entidades da sociedade civil e dos representantes dos governos municipais e estaduais.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Em 2003, as conferências nacionais foram ampliadas, tornaram-se mais abrangentes e passaram a ser realizadas sob um formato congressual. Igualmente, ampliou-se o número de políticas públicas setoriais em discussão, assim como foram aumentadas a quantidade e a qualidade da participação social.

Realizadas com periodicidade definida e construídas sob metodologia verdadeiramente participativa, as conferências nacionais passaram a fazer parte da agenda da administração pública brasileira e dos grupos e movimentos sociais do País.

## Resultados

Desde 2003, foram realizadas 73 conferências nacionais, que trataram de políticas públicas distintas como desenvolvimento, geração de emprego e de renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana, segurança pública, e várias outras. Muitos temas foram debatidos com a sociedade pela primeira vez. Os brasileiros que vivem no exterior também puderam participar de duas Conferências das Comunidades Brasileiras no Exterior, realizadas em 2008 e em 2009.

Mais de cinco milhões de pessoas compareceram às conferências, nas três etapas de organização: municipal, estadual e federal em cinco mil municípios.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

### CONFERÊNCIAS NACIONAIS - 2003-2010

Conferências	Órgão responsável	Ano(s)	Qtde
1- Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2004, 2005, 2007, 2009	4
2- Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior	Ministério das Relações Exteriores	2008, 2009	2
3- Conferência Nacional das Cidades	Ministério das Cidades	2003, 2005, 2007, 2010	4
4- Conferência Nacional de Aprendizagem Profissional	Ministério do Trabalho e Emprego	2008	1
5- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - PR	2003, 2006, 2009	3
6- Conferência Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2003, 2005, 2007, 2009	4
7- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Ministério da Ciência e Tecnologia	2005, 2010	2
8- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	Ministério da Saúde	2004	1
9- Conferência Nacional de Comunicação	Ministério das Comunicações	2009	1
10- Conferência Nacional de Cultura	Ministério da Cultura	2005, 2010	2
11- Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária	Ministério da Integração Nacional	2010	1
12- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	2008	1
13- Conferência Nacional de Direitos Humanos	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados	2003, 2004, 2006, 2008	4
14- Conferência Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	2006, 2010	2
15- Conferência Nacional de Educação	Ministério da Educação	2010	1
16- Conferência Nacional de Educação Básica	Ministério da Educação	2008	1
17- Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena	Ministério da Educação Ministério da Justiça Funai	2009	1
18- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica	Ministério da Educação	2006	1

Conferências	Órgão responsável	Ano(s)	Qtde
19- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Secretaria Especial dos Direitos Humanos - PR	2008	1
20- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social	2006	1
21- Conferência Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	2008	1
22- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica	Ministério da Saúde	2003	1
23- Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PR)	2005, 2009	2
24- Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (PR)	2004, 2007	2
25- Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2009	1
26- Conferência Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	2003, 2007	2
27- Conferência Nacional de Saúde Ambiental	Ministério da Saúde Ministério das Cidades Ministério do Meio Ambiente	2009	1
28- Conferência Nacional de Saúde Bucal	Ministério da Saúde	2004	1
29- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador	Ministério da Saúde	2005	1
30- Conferência Nacional de Saúde Indígena	Ministério da Saúde	2006	1
31- Conferência Nacional de Saúde Mental	Ministério da Saúde	2010	1
32- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Conselho Nacional de Segurança Alimentar (PR)	2004, 2007	2
33- Conferência Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	2009	1
34- Conferência Nacional do Esporte	Ministério do Esporte	2004, 2006, 2010	3
35- Conferência Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	2003, 2005, 2008	3
36- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria Especial de Direitos Humanos (PR)	2003, 2005, 2007, 2009	4
37- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (PR)	2006, 2008	2
38- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (PR)	2006, 2009	2
39- Conferência Nacional dos Povos Indígenas	Ministério da Justiça Funai	2006	1
40- Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	Ministério da Educação Ministério do Meio Ambiente	2003, 2006, 2009	3
<b>Total</b>			<b>73</b>

## Conselhos Nacionais de Políticas Públicas

As mobilizações políticas que caracterizaram o período anterior à Assembleia Nacional Constituinte, na década de 1980, as quais também marcaram todo o processo democrático, resultaram na apresentação de diversas propostas de participação nas políticas sociais, materializadas nos capítulos da Constituição de 1988 sobre saúde, assistência social, meio ambiente e criança e adolescente.

O Governo Federal empenhou-se em valorizar essas instituições e em promover sua expansão para outras áreas, além de fortalecer os conselhos de políticas públicas.

Os conselhos são organismos híbridos nos quais se dá a participação de atores do Executivo e de atores da sociedade civil relacionados com a área temática na qual o conselho atua. O formato institucional dos conselhos é ordenado por parâmetros da legislação federal e, a partir daí, é definido por legislação local, adotando como princípio a participação de representantes da sociedade civil. Existem hoje no Brasil mais de dez mil conselhos, nas esferas municipais, estaduais e federal e mais de 100 mil conselheiros.

### Objetivos

Acompanhar, avaliar e propor alterações nas respectivas políticas públicas.

### Instrumento legal

- Decreto presidencial ou portaria do ministro titular da política setorial, conforme tabela a seguir.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Os conselhos de políticas públicas constituem um espaço privilegiado para participação da sociedade civil na elaboração e na implementação de políticas públicas. Alguns conselhos inclusive têm sua criação prevista na própria Constituição Federal, como é o caso das áreas de saúde, da assistência social, da criança e do adolescente. Os conselhos são uma conquista dos movimentos sociais rumo à democratização do Estado e à ampliação de espaços institucionais de participação. Nesse sentido, o Governo Federal empreendeu uma ação deliberada de fortalecimento e valorização desses organismos.

### Resultados

De 2003 a 2010, foram criados e/ou reformulados diversos conselhos. Hoje, o País possui conselhos com competência para aprovar diretrizes em políticas públicas nos mais diversos setores, como os de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Econômico e Social, Juventude, Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Idoso, da Criança e do Adolescente, da Mulher e da Promoção da Igualdade Racial. A atuação desses conselhos é fundamental para o aperfeiçoamento do diálogo social e da democracia, assim como para a transparência e a efetividade da ação governamental.

Também se intensificou a articulação entre os conselhos nacionais. A Secretaria-Geral realizou três encontros com representantes de 26 conselhos e de duas comissões nacionais, nos quais foram discutidos:

1. A importância do intercâmbio dos conselhos e a pertinência de um “espaço de articulação” entre os seus secretários-executivos.
2. A construção de uma agenda comum entre os conselhos.
3. A sistematização das conferências e a estruturação de um banco de dados com informações relativas a esses colegiados.

## CONSELHOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

	Conselhos	Legislação	Órgãos
01	Conselho Curador do FGTS	Criado pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e reformulado pelo Decreto nº 6.827, de 22 de abril de 2009.	Ministério do Trabalho e Emprego
02	Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção	Criado pela Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003.	Controladoria-Geral da União
03	Conselho das Cidades	Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 5.031, de 25 de maio de 2004 e reformulado pelo Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006.	Ministério das Cidades
04	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
05	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
06	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	Ministério da Pesca e Aquicultura
07	Conselho Nacional de Assistência Social	Criado pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

	Conselhos	Legislação	Órgãos
08	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	Criado pela Lei nº 9.257, de 09 de janeiro de 1996, e reformulado pelo Decreto 6.090, de 24 de abril de 2007.	Ministério de Ciência e Tecnologia
09	Conselho Nacional de Combate à Discriminação	Criado pelo Decreto nº 5.397, de 22 de março de 2005.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
10	Conselho Nacional de Defesa Civil	Criado pelo Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e reformulado pelo Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.	Ministério da Integração Nacional
11	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Criado pelo Decreto nº 3.200, de 06 de outubro de 1999, incorporado à estrutura do MDA por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003.	Ministério do Desenvolvimento Agrário
12	Conselho Nacional de Economia Solidária	Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	Ministério do Trabalho e Emprego
13	Conselho Nacional de Educação	Criado pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.	Ministério da Educação
14	Conselho Nacional de Imigração	Criado pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	Ministério de Trabalho e Emprego
15	Conselho Nacional de Juventude	Criado pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.	Secretaria-Geral da Presidência da República
16	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Criado pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Ministério da Justiça
17	Conselho Nacional de Política Cultural	Criado pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, e reformulado pelo Decreto nº 6.973, de 07 de outubro de 2009.	Ministério da Cultura
18	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas	Criado pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 5.912 de 27 de agosto de 2006.	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
19	Conselho Nacional de Previdência Social	Criado pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Ministério da Previdência Social
20	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
21	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Criado pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro 1997, e reformulado pelo Decreto nº 4.613 de 11 de março de 2003.	Ministério do Meio Ambiente
22	Conselho Nacional de Saúde	Criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, última reformulação pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006.	Ministério da Saúde
23	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e reformulado pelos Decretos nº 5.079, de 12 de maio 2004; e nº 6.272, de 23 de novembro de 2007.	Presidência da República
24	Conselho Nacional de Segurança Pública	Decreto nº 6.950, de 26 de agosto de 2009.	Ministério da Justiça
25	Conselho Nacional de Turismo	Criado pelo Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, incorporado à estrutura do Ministério do Turismo pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e reformulado pelo Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008.	Ministério do Turismo
26	Conselho Nacional do Esporte	Criado pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 e reformulado pelo Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002.	Ministério do Esporte
27	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Criado pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentado pelo Decreto nº 88.351, de 01 de janeiro de 1983, e reformulado pelos Decretos: nº 99.274, de 06 de junho de 1990; nº 3.942, de 27 de setembro de 2001; nº 6.792, de 10 de março de 2009.	Ministério do Meio Ambiente
28	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro 1991, e reformulado pelo Decreto nº 5.089 de 05 de maio de 2004	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
29	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 e reformulado pelo Decreto nº 6.412, de março de 2008.	Secretaria de Políticas para as Mulheres

	Conselhos	Legislação	Órgãos
30	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Criado pelo Decreto nº 3.076, de 01 de junho de 1999, incorporado à estrutura básica da Secretaria Especial de Direito Humanos da Presidência da República pela Lei nº 10.693, de 28 de maio de 2003.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
31	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Criado pelo Decreto nº 4.227 de 13 de maio de 2002, reformulado pelo Decreto nº 5.109 de 17 de junho de 2004.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
32	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004 e reformulada pelo Decreto de 13 de julho de 2006.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
33	Comissão Nacional de Política Indigenista	Criada pelo Decreto de 22 de março de 2006	Ministério da Justiça
34	Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo	Criado pelo Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008.	Secretaria-Geral da Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores

## Mesas de Diálogo, Fóruns, Encontros e Audiências Públicas

Desde 2003, foram criados ou consolidados novos canais de participação social – como as mesas de diálogo, as consultas, as audiências públicas e os fóruns de debate –, que contribuíram para estimular parcerias e ampliar a participação efetiva da sociedade civil, não só dos movimentos populares, mas também do empresariado, das igrejas, das universidades etc., na formulação e avaliação de políticas públicas. Esse amplo processo de participação criou um ambiente de corresponsabilidade nas decisões governamentais, que tem sido essencial para o exercício da democracia no País.

Algumas mesas de diálogo implementadas pelo Governo a partir de 2003:

### MESA DE DIÁLOGO COM CENTRAIS SINDICAIS

Composta pela Secretaria-Geral e pelos ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, permitiu importantes negociações como a da política de valorização permanente do salário mínimo e a da correção da tabela do imposto de renda dos assalariados. No primeiro caso, pretende-se, gradualmente, recompor o valor real do salário mínimo no País, com a preservação automática do seu poder de compra, conforme determina o artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Assim, por meio da Lei nº 12.255, de 15 de julho de 2010, foram estabelecidas diretrizes para a política de valorização entre 2012 e 2023. Nesse período, será realizada, a cada ciclo de quatro anos, revisão das medidas adotadas, com o intuito de avaliar os resultados da política implementada. Ademais, entre os anos de 2008 e 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação (INPC/IBGE), acrescida da taxa de crescimento real do PIB de dois anos antes. Houve, também, a antecipação, em 2010, da data-base para janeiro.

### MESAS DE DIÁLOGO COM AS ENTIDADES DO CAMPO

Possibilitaram que as diversas instituições da área expressassem suas reivindicações ao longo dos últimos oito anos, garantindo a melhoria das condições de vida dos camponeses, a distribuição da terra, a produção para a agricultura e a ampliação de crédito para os seus representados. As sucessivas edições do Grito da Terra, da Marcha das Margaridas, da Jornada pela Água e em Defesa da Vida, das jornadas do Fórum em Defesa da Reforma Agrária e das mobilizações decorrentes da estiagem na região Sul, dentre outros, contaram com a interlocução regular e sistemática dos órgãos federais relacionados.

### MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM AS ENTIDADES SINDICAIS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Possibilitaram avançar em pontos relevantes da política salarial e funcional como a assinatura de 70 acordos coletivos, aprovação de 46 medidas provisórias e de 27 projetos de lei que beneficiaram 1,3 milhão de servidores. Igualmente, foram negociados reajustes substanciais e corrigidas distorções históricas.

### **MESA DE DIÁLOGO COM O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Iniciada a partir do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído em 2003, a Mesa é coordenada pela Secretaria-Geral e pelo Ministério das Minas e Energia com o objetivo de construir alternativas para superar o passivo social e ambiental acumulado ao longo de décadas, decorrente dos projetos de construção de hidroelétricas e de outras barragens e açudes. Foram formulados diagnósticos da situação dos atingidos, elaborados termos de acordos sociais e estabelecidos padrões de responsabilidade socioambiental para os novos empreendimentos. Realizaram-se, também, estudos e seminários para análise dos impactos socioambientais dos empreendimentos do setor elétrico. E, finalmente, em 26 de outubro de 2010, o presidente da República assinou o Decreto Presidencial nº 7.342, que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidroelétrica. A definição do conceito de atingidos é importante, tanto para superar os passivos, quanto para evitar o surgimento de novos.

### **MESA DE DIÁLOGO PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR**

Reuniu representantes das entidades dos trabalhadores, empresários e Governo com o objetivo de propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual na lavoura de cana-de-açúcar. Também teve o propósito de promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Instituída em 2008, a Mesa realizou 17 reuniões e debateu uma agenda com 56 itens, que resultou no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, lançado em julho de 2009, com a adesão voluntária de mais de 300 das 413 usinas em atividade no País. O compromisso não concorre com a legislação trabalhista já existente, cujo cumprimento é obrigatório e é fiscalizado pelos órgãos competentes. Ao contrário, procura estimular as empresas a aperfeiçoarem os direitos já existentes, acrescentando benefícios além dos previstos na legislação. Um dos compromissos mais significativos a serem assumidos pelas empresas que aderirem ao compromisso é a contratação direta dos trabalhadores. No caso dos trabalhadores migrantes, a contratação deve ser por meio do Sistema Público de Emprego, dificultando, desse modo, a ação dos intermediários ilegais, chamados “gatos”. O acordo nacional inédito resultante desse processo mostrou que questões relevantes nas relações de trabalho podem ser debatidas e equacionadas por meio da referida interlocução social. Uma comissão tripartite – Governo, trabalhadores e empresários –, instituída pelo Compromisso Nacional, acompanhará o cumprimento do acordo, que tem a duração de dois anos, podendo ser prorrogado. As empresas que aderirem voluntariamente ao Compromisso comprometem-se a respeitar as práticas nele definidas e que beneficiam mais de 500 mil trabalhadores. Igualmente, foi criado um Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq) para a qualificação de 25 mil trabalhadores do corte manual da cana, visando à recolocação no mercado de trabalho.

### **MESA DE DIÁLOGO PARA REFORMA DA LEI DO COOPERATIVISMO**

Foi coordenada pela Secretaria-Geral e contou com participação das entidades da sociedade civil representativas do cooperativismo e da economia solidária e dos empresários. O objetivo da Mesa foi criar uma proposta de marco legal que atendesse às necessidades do País, reafirmando os fins sociais de inclusão e a geração de renda. Ao final do trabalho, a Mesa encaminhou ao Congresso Nacional sugestões para alterar e adequar a lei geral do cooperativismo, de forma a fomentar e apoiar o cooperativismo social no Brasil.

## Consultas, Audiências Públicas e Encontros com a Sociedade Civil

As consultas, as audiências públicas e os encontros foram espaços nos quais a sociedade brasileira opinou, debateu e propôs soluções sobre temas estratégicos para o País.

### Objetivo

Assegurar a participação social nas políticas públicas.

### Instrumentos legais

- Decretos ou portarias.

### Modelo de gestão

Diversas atividades foram realizadas pelo Governo Federal, a seguir são citadas algumas:

#### CONSULTAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ENCONTROS - 2003-2010

Ministério	Atividade
Relações Institucionais (SRI)	Discussão da Agenda Nacional de Desenvolvimento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Controladoria-Geral da União (CGU)	1º Seminário Nacional de Controle Social
Cultura (Minc)	Consulta Pública sobre o Programa Procultura Consulta Pública sobre a Nova Lei de Direitos Autorais Seminário Nacional de Políticas Públicas para Culturas Populares Seminário Cultura para Todos Seminário Nacional dos Direitos Autorais
Desenvolvimento Social (MDS)	Consulta pública sobre a Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas-2005) Consulta pública sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/Suas) Consulta pública sobre a Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas-2010) Consulta Pública sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Consulta Pública sobre o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda Seminário Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social Realização de oito reuniões descentralizadas com conselhos estaduais e municipais de Assistência Social Encontro Nacional dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads) Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
Comunicações (MC)	Audiências para ouvir as demandas da sociedade em relação aos canais públicos
Esporte (ME)	1º Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva
Justiça (MJ)	Consulta Pública para a Nova Lei de Estrangeiros XII Congresso Mundial das Nações Unidas para a Prevenção ao Crime e Justiça Criminal
Igualdade Racial (SEPPIR)	Conferência Regional das Américas Avanços e Desafios no Plano de Ação Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas Projeto Plano de Ação Brasil-Estados Unidos para Promoção da Igualdade Racial
Transportes (MT)	Consultas Públicas do Plano da BR-163
Trabalho e Emprego (MTE)	I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária



Ministério	Atividade
Saúde (MS)	<p>Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente  Política Nacional de Urgência e Emergência – Samu  Resolução determinando a aplicação da Norma Operacional Básica – Recursos Humanos – Sistema Único de Saúde (NOB/RH-SUS) como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS  Diretrizes acerca da aplicação da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000  Política Nacional de Assistência Farmacêutica  Política Regulatória do Setor de Saúde Suplementar  Política Nacional de Saúde Indígena  Política Nacional de Humanização de Serviços do SUS – Humaniza SUS  Plenária Nacional Extraordinária de Conselhos de Saúde  XII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde  Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no340/2004, que aprova as diretrizes para análise ética e tramitação dos projetos de pesquisa da área temática especial de genética humana  XIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde  Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente no Controle Social do Sistema Único de Saúde (SUS)  Resolução CNS nº 346/2005, que estabelece a regulamentação para tramitação de projetos de pesquisa multicêntricos no sistema Comitês de Ética em Pesquisa  Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares  Pacto pela Saúde, Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e do Pacto de Gestão  Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS)  2007  II Encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa (II Encep)  Política Nacional da População Negra  XIV Plenária Nacional de Conselhos de Saúde  Oficina de Educação Permanente para o Controle Social  Plano Diretor de Vigilância Sanitária  Oficinas regionais de orçamento e financiamento, com o objetivo de esclarecer dúvidas e fortalecer o papel do controle social nas finanças públicas. As oficinas passaram por todas as regiões brasileiras  XV Plenária Nacional de Conselhos de Saúde  Diretrizes para a promoção da alimentação saudável, com impacto na reversão da epidemia de obesidade e na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis  Resolução CNS nº 404/2008, que propõe que sejam retiradas da Declaração de Helsinque as notas de esclarecimento dos itens referentes aos cuidados de saúde que serão disponibilizados aos voluntários e ao uso de placebo  2009  Caravana em Defesa do SUS (realizada em todos os estados Brasileiros)  Política de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)  Política Nacional de Saúde do Homem  Resolução CNS nº 421/2009, que amplia a participação na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) de conselheiros do CNS representantes dos segmentos dos trabalhadores e usuários  Lançamento da Plataforma Brasil com o objetivo de fornecer às instâncias que compõem o controle social informações suficientes para o acompanhamento da execução das pesquisas e da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa em Saúde do Brasil  2010  XVI Plenária Nacional de Conselhos de Saúde  Seminário Nacional de Residências Multiprofissionais  Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS  Seminário Nacional de Atenção Primária  Seminário Nacional Público e Privado  III Encontro Nacional dos Comitês de Ética em Pesquisa (III Encep)  1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social</p>
Gabinete da Presidência – Inclusão Digital	<p>Realização de oito Oficinas para Inclusão Digital  Observatório Nacional de Inclusão Digital</p>
Direitos Humanos (SEDH)	<p>I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos  Seminário Nacional: Avanços e Desafios dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (2010)  Encontros Nacionais de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, em um total de três  1º e 2º Encontro Nacional de População de Rua</p>

## Fóruns, Câmaras, Comissões e Comitês

Desde 2003, foram criados diversos espaços de diálogo com a sociedade civil. Na tabela a seguir são listadas as principais iniciativas:

### FÓRUNS, CÂMARAS, COMISSÕES E COMITÊS - 2003-2010

Ministério	Espaço de Diálogo
Turismo (MTUR)	Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico
Trabalho e Emprego (MTE)	Fórum Nacional do Trabalho (FNT) Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT) Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho (CT-SST)
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs) Fóruns de Competitividade Câmara de Comércio Exterior (Camex)
Ciência e Tecnologia (MCT)	Comitês Gestores dos Fundos Setoriais Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI) Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Resende
Meio Ambiente (MMA)	Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor) Comissões Técnicas Tripartites do Ministério do Meio Ambiente
Aquicultura e Pesca (MPA)	Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros
Integração Nacional (MI)	Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Desenvolvimento Agrário (MDA)	Câmaras de Assistência Técnica e Extensão Rural
Agricultura (MAPA)	Câmaras setoriais e temáticas vinculadas ao Conselho do Agronegócio (Consagro), relacionadas à cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira, às oleaginosas e ao biodiesel, à silvicultura (incluindo o carvão vegetal) e à palma de óleo Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
Previdência Social (MPS)	Câmara de Recursos da Previdência Complementar – (CRPC) Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Gestão com a Previc Comissão Nacional de Atuária (CNA)
Esporte (ME)	Comitê Gestor da Copa do Mundo Fifa 2014 (CGCOPA 2014) Comitê Executivo da Copa do Mundo Fifa 2014 (Gecopa) Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Cojo)
Educação (MEC)	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) Comissão Nacional de Educação do Campo Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena Comissão Nacional de Apoio à Produção de Materiais Didáticos Indígenas (Capema) Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (Cadara) Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial, representantes da sociedade civil, ligados ao movimento negro e de níveis e modalidades da educação Comissão de Avaliação de Material Didático e Institucional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a implementação da Lei nº 10.639/2003 Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (CTC-EB)

Ministério	Espaço de Diálogo
Desenvolvimento Social (MDS)	Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos Comitê Gestor do Programa Cisternas Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas da Grande Dourados (MS) Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (PBF) Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais– (CNPCT) Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis Comissões Intergestores Tripartite e Bipartite
Direitos Humanos (SEDH)	Comissões Intersetoriais de Políticas Protetivas Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) Comitê Gestor Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica Comissão Nacional do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos Comissão com participação da sociedade civil para elaborar proposta de trabalho de combate à discriminação Câmara Técnica – Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência Câmara Técnica – Decreto do Cão-Guia Câmara Técnica – Audiodescrição Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua
Mulheres (SPM)	Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres
Comunicações (MC)	Comitê de Defesa dos Usuários Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação
Cidades (MCID)	Comitês Técnicos – Habitação; Saneamento Ambiental; Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana e Planejamento e Gestão do Solo Urbano Conselho Nacional de Trânsito Câmaras Temáticas de Trânsito Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito
Relações Exteriores (MRE)	Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Governo empreendeu uma ação deliberada e crescente na disseminação da cultura do diálogo e da participação, consciente de que a inclusão de novos atores é fundamental à democracia brasileira.

### Resultados

- Implementação da Mesa de Negociação com o Movimento de Atingidos por Barragens, que resultou no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. Implementação da Mesa de Diálogo para Reforma da Lei do Cooperativismo, da qual participaram entidades empresariais e de trabalhadores. O projeto de lei resultante das discussões foi enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional.
- Realização de audiências públicas para discussão do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região da BR-163; Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região do Xingu e Plano de Desenvolvimento do Meio Norte; Plano Amazônia Sustentável; Plano de Integração de Bacias Hidrográficas e Plano Furnas.
- Implementação da Mesa de Diálogo com as Centrais Sindicais, que resultou na política de valorização permanente do salário mínimo e na correção da tabela do Imposto de Renda.
- Realização de negociações com as Centrais Sindicais a respeito das convenções nº 151 e nº 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção nº 151 foi ratificada pelo Congresso Nacional, enquanto a nº 158 encontra-se em apreciação naquela Casa.
- Implementação da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que resultou no Compromisso Nacional assinado pelos empresários, trabalhadores e Governo Federal.

## Ouvidorias Públicas

As ouvidorias incorporam uma dimensão individual à participação social, oferecendo ao cidadão a possibilidade de buscar informações, avaliar, criticar e melhorar os serviços e as políticas públicas. A principal ferramenta das ouvidorias é o diálogo, proporcionando contato direto do cidadão com a estrutura administrativa.

A ampliação do número de ouvidorias no País está associada à necessidade, cada vez mais sentida pela população, de instrumentos que assegurem maior participação e transparência no funcionamento do Estado, inibindo a corrupção e o desperdício e aumentando, na mesma proporção, a moralidade e a eficiência da administração pública, defendendo o cidadão junto à administração.

As ouvidorias do Poder Executivo Federal atuam no sentido de garantir a participação do cidadão no controle da qualidade da prestação do serviço público, mediante o recebimento de manifestações individuais e coletivas, que ordinariamente podem ser classificadas como reclamação, sugestão, elogio e solicitação de informação. Atendendo à particularidade de cada órgão, a ouvidoria respectiva pode utilizar-se de outras formas de participação popular.

A manifestação do cidadão, ressalvado o anonimato, dá origem a um procedimento criterioso de análise, à formação de uma opinião imparcial. Como resultado do trabalho, fica a recomendação para se aperfeiçoar a prestação do serviço público no Poder Executivo Federal.

### Objetivos

Organizar, harmonizar e integrar as ações das ouvidorias do Poder Executivo Federal, ampliando e facilitando a interação do cidadão com a administração, além de informar os gestores dos entes governamentais sobre a incidência de problemas e indicar mudanças.

### Instrumento legal

- A Ouvidoria-Geral da União compõe a estrutura da Controladoria-Geral da União desde a sanção da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. O Decreto nº 4.785, de 21 de julho de 2003 foi revogado pelo Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, e ambos tratam da Aprovação da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Controladoria-Geral da União.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

As ouvidorias são instrumentos da participação popular na administração e dão cumprimento, sem prejuízo das demais formas de participação popular existentes, a comando da CF de 1988, que institui no seu art. 37, § 3º e inciso I:

Art. 37. ...

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

*I - As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.*

### Resultados

O quantitativo de unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal passou de 40, em 2002, para 165 em 2010. Mais de três milhões de manifestações de cidadãos brasileiros são atendidas e solucionadas todos os anos. A CGU realizou, de 2003 a 2010, diversos eventos nacionais e internacionais visando à mobilização do segmento de ouvidorias e à sensibilização da sociedade para o tema.

Com o objetivo de divulgar as ações da Ouvidoria-Geral da União e facilitar a interação com as demais unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, com o cidadão e com a mídia, desde 2005, é publicado o boletim informativo Escuta Brasil, que circulou em três edições, no ano de 2010.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.



## Diálogo Cotidiano com a Sociedade Civil

No dia 2 de janeiro de 2003, um ato do presidente da República alterou as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), que passou a coordenar as relações do Governo com a sociedade: movimentos sociais, empresariado, movimento sindical, intelectualidade, organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais etc. A função da Secretaria-Geral é a expressão de uma nova concepção de governabilidade que considera a interlocução com a sociedade civil tão importante quanto o diálogo com os partidos políticos e o Parlamento. Esse trabalho, coordenado pela Secretaria-Geral, permeia a atuação de todos os órgãos da administração pública federal.

O processo de diálogo tem garantido que os mais variados movimentos sociais se expressem nos espaços públicos – condição fundamental para a consolidação da democracia –, assegurando, assim, a participação de diferentes atores sociais nos processos de discussão e de formulação de políticas públicas.

### Objetivos

Ampliar o espaço de interação da sociedade civil com o Governo, possibilitando a participação social em decisões estratégicas da vida nacional. Muitas políticas públicas inovadoras surgiram desse ambiente institucional interativo e participativo. Há um processo de diálogo democrático com os mais diversos grupos da sociedade civil visando à mediação de conflitos, ao aperfeiçoamento das políticas públicas e ao aprofundamento da democracia.

### Instrumentos legais

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
- Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005
- Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005

### Modelo de gestão

Uso intensivo dos métodos e procedimentos da democracia participativa: conselhos, conferências, mesas de diálogo, mesas de negociação, grupos de trabalho para diálogo a respeito de questões específicas, ouvidorias, audiências públicas etc. A Secretaria-Geral está presente em todos os processos participativos implementados pelo Governo Federal. Na maior parte

das vezes, ela atua como coordenadora das ações, sempre articulada aos ministérios titulares das respectivas políticas setoriais envolvidas no processo. Também participam atores das esferas municipais e estaduais.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

O projeto de desenvolvimento nacional iniciado em 2003, ancorado em uma síntese do econômico e do social, exigiu nova relação entre sociedade e Estado e implicou adotar novos valores à participação social na gestão pública. Políticas estruturais e decisões conjunturais têm sido submetidas ao debate e à análise da sociedade civil, por meio de canais de interlocução com o Estado.

Baseado na Constituição Federal, o Governo deu início a uma forma de gestão democrática, em que os cidadãos e as organizações sociais deixaram de ser meros objetos da ação estatal para participarem ativamente de importantes decisões da vida do País. Esse diálogo entre Estado e sociedade tem sido fundamental para a construção de um novo Brasil.

### **Resultados**

A Secretaria-Geral realizou, nos últimos oito anos, mais de 3,5 mil encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. Essa disposição ao diálogo social, que se verifica também por parte dos mais diversos ministérios e órgãos federais, expressa o compromisso do Governo com a construção de um padrão de relacionamento reforçado, bem como a energia e a vitalidade da democracia brasileira.

O Governo Federal considerou a ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo e negociação um caminho sólido e adequado. O diálogo social conferiu qualidade e viabilidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Ou seja, não se tratou apenas de um recurso essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social inclusivo e ambientalmente sustentável, mas também se configurou como um valor a ser mantido e difundido.

## **Diálogo e Cooperação com a Sociedade Civil Internacional**

O diálogo do Governo Brasileiro com a sociedade civil internacional tem sido importante no esforço de construção de relações internacionais politicamente mais democráticas e economicamente mais equitativas. O Governo esforçou-se, também, para incorporar a sociedade civil nas ações de cooperação internacional do Brasil, sobretudo aquelas voltadas para a integração regional e o apoio ao desenvolvimento na África e na América Latina. Destacam-se as seguintes iniciativas:

### **Ação Global Contra a Fome e a Pobreza**

Lançada em 2004, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, com a participação do Presidente da República, junto com os chefes de Estado da França, Espanha e Chile e o apoio do secretário-geral da ONU, a Ação Global foi concebida como uma aliança entre países para garantir os recursos financeiros necessários para o combate à fome e à pobreza no mundo.

Um dos objetivos centrais é contribuir para que os países consigam os recursos necessários para atingir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015, prazo pactuado pela comunidade internacional. Diferentes países uniram-se à iniciativa, que tem centrado esforços na discussão de mecanismos financeiros inovadores na busca por fontes sustentáveis de recursos para projetos de combate à fome e à pobreza nas nações em desenvolvimento.

A Ação Global baseia-se no envolvimento de governos e sociedade civil para manter os temas fome e pobreza no topo da agenda política internacional, de modo a garantir os recursos necessários ao enfrentamento dessas questões. Com esse espírito, o presidente da República convidou para participar do lançamento da Ação Global contra a Fome e a Pobreza, além dos líderes mundiais, representantes da sociedade civil, dentre eles, o diretor-geral da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong) e o secretário-geral da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CSI). Sindicatos, movimentos sociais e organizações que trabalham com desenvolvimento e comércio internacional têm, desde então, participado regularmente das reuniões de trabalho realizadas para debater os mecanismos financeiros inovadores da Ação Global.

Nos marcos dessa iniciativa, foi criado, em setembro de 2006, o Fundo Internacional para a Compra de Medicamentos contra a Aids, a Malária e a Tuberculose (Unitaid). Por iniciativa do Governo brasileiro, representantes da sociedade civil foram incorporados ao Conselho de Administração da Unitaid, com direito a voto. Vale registrar que essas doenças estão associadas às condições de pobreza extrema. Em abril de 2008, foi realizada no Brasil a reunião do Conselho Executivo da Unitaid.

**Objetivos**

Analisar e propor mecanismos inovadores de financiamento para o desenvolvimento.

**Data de início**

Setembro de 2004

**Diálogo Permanente com a Sociedade Civil Internacional**

Desde 2003, o Governo desenvolve um conjunto de ações com o objetivo de tornar mais fluido o diálogo com a sociedade civil, orientando-o principalmente para a cooperação com os movimentos sociais e as organizações da América Latina e da África. Além disso, buscou-se o intercâmbio com os movimentos sociais dos países do Norte (América do Norte e Europa).

Um exemplo da atuação foi a inserção do eixo social no calendário do Ano Brasil na França, quando mais de 200 lideranças francesas e brasileiras puderam discutir modelos de agricultura familiar e de desenvolvimento rural sustentável, função social da cidade, economia solidária, segurança alimentar e novos mecanismos para financiar o desenvolvimento.

Intensificou-se o contato do Governo com o mundo acadêmico, o movimento sindical e com intelectuais dos Estados Unidos, a partir de encontros com essas lideranças. Enfatizando a questão dos migrantes brasileiros, ocorreram reuniões com comunidades de brasileiros nos Estados Unidos e em Portugal.

Também foi desenvolvido o Diálogo Social Brasil-Noruega, uma parceria entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação dos Trabalhadores da Noruega (LO), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Empresarial da Noruega (LHO). O modelo norueguês de negociação e solução de conflitos trabalhistas possui mais de 100 anos e constitui uma referência internacional.

Realizou-se ainda o Colóquio Brasil-França – Cooperação, Solidariedade e Democracia, Luta contra as Desigualdades e a Exclusão, que abordou o papel da participação social na cooperação e buscou aprofundar o intercâmbio entre as organizações sociais dos dois países.

**Objetivo**

Promover o diálogo social e a comunicação com vistas a avançar nas propostas que contribuam para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social.

**Data de início**

1º/1/2003

**Instrumentos legais**

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
- Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005
- Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005

**Participação e Diálogo no Fórum Social Mundial (FSM)**

O FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil internacional. O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Propõe-se a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional. Desde 2003, a Secretaria-Geral da Presidência da República coordena a participação do Governo brasileiro nas edições do Fórum.

**Objetivos**

Coordenar e incentivar o diálogo do Governo brasileiro com a sociedade civil internacional.

## Universidade para a Paz (Upaz)

A Universidade para a Paz (Upaz) foi criada pela Organização das Nações Unidas em 1980. Com sede em San Jose, na Costa Rica, tem a missão de proporcionar uma educação superior, em nível de pós-graduação, para a paz – pedido do então secretário-geral da ONU, Kofin Annan, que considerava que os países em desenvolvimento achavam-se sub-representados na direção da universidade. O Brasil, representado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, integra o conselho de Administração da Upaz.

Órgão gestor da Universidade, o Conselho da Upaz é composto por 17 membros, sendo dez nomeados pelo secretário-geral das Nações Unidas, em acordo com o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e sete membros ex-officio.

### Objetivo

Proporcionar uma educação superior para a paz, criando uma cultura de paz que permeie as relações entre nações, sociedades e indivíduos nas Américas.

### Instrumento legal

- Resolução das Nações Unidas nº 34/111, de 14 de dezembro de 1979

## Cooperação África-Brasil

O Governo realizou o Seminário África-Brasil: participação social e cooperação internacional para promover o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas implementadas no País e em diferentes nações africanas. A partir do encontro, promovido pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, foram definidas áreas prioritárias para ações de cooperação entre as respectivas organizações sociais e elaborado o projeto de cooperação para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, a ser implementado em 2010, na África do Sul, em Moçambique e na Namíbia.

### Objetivo

Propiciar a participação das organizações da sociedade civil nos projetos de transferência de tecnologia social do Brasil para os países do Sul.

## Missão Haiti

Representantes do Governo participaram de missão no Haiti para debater, com autoridades e com a sociedade civil haitiana, alternativas para ampliar a participação social em projetos de cooperação entre os dois países.

### Objetivo

Propiciar a participação das organizações da sociedade civil nos projetos de transferência de tecnologia social do Brasil para os países do Sul.

### Modelo de gestão

Não se aplica.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Não se aplica.

## Resultados

### Ação Global contra a Fome e a Pobreza

O principal resultado alcançado até o momento foi a criação da Unitaid, com recursos provenientes de contribuições orçamentárias voluntárias, como no caso do Brasil, e taxas solidárias sobre bilhetes aéreos, no caso da França e do Chile.

A Unitaid foi lançada em setembro de 2006, em Nova Iorque, durante a Assembleia Geral da ONU, pelos seguintes países: Brasil, Chile, França, Noruega e Reino Unido. Atualmente, 93 nações recebem ajuda da Unitaid cujo orçamento para 2010 totaliza mais de US\$ 300 milhões. Em pouco mais de quatro anos de existência, a Agência já influenciou na redução de preços de grupos específicos de medicamentos, como os antirretrovirais contra HIV-Aids para crianças.



Nos dias 2 e 3 de abril de 2008, realizou-se, em Brasília (DF), a VII Reunião do Conselho Executivo da Unitaïd – pela primeira vez o Colegiado se reuniu fora de sua sede, em Genebra. A organização do evento ficou sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República e com o Ministério da Saúde. Durante a reunião, foi promovido encontro entre representantes do Governo e da sociedade civil para discutir a Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Na ocasião, estiveram presentes a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong) e a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, dentre outras entidades.

#### **Diálogo Permanente com a Sociedade Civil Internacional**

Em meio às atividades do Diálogo Social Brasil-Noruega, foram realizados:

- O I Fórum de Diálogo Social Brasil-Noruega, 22/10/2009, em Brasília (DF), para debater a importância do diálogo social na construção de políticas públicas.
- O II Fórum de Diálogo Social Noruega-Brasil, no período de primeiro a 8/5/2010, em Oslo, Noruega, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o modelo tripartite norueguês de diálogo social.

#### **Fórum Social Mundial**

- Articulação e participação de representantes do Governo Federal nas oito edições do FSM.
- Realização, em conjunto com vários ministérios, da Casa Brasil – espaço da sociedade civil e do governo para divulgação, reflexão e debate das políticas públicas.
- Elaboração de jornal em vários idiomas para distribuição nos fóruns com a finalidade de divulgar, informar e debater as políticas públicas brasileiras.

#### **Universidade para a Paz**

- Realização dos seminários Educação para a Paz e Direitos Humanos, em Brasília (dezembro de 2005), e A Construção da Paz na Sociedade Contemporânea, no Rio de Janeiro (30/9/2009).
- Elaboração do Plano Latino-Americano de Educação para Paz.
- Publicação do livro Educação para a Paz e Direitos Humanos.
- Oferta do Curso piloto Globalização Financeira e Responsabilidade Social.

#### **Cooperação Brasil-África**

- Assinatura de Projeto de Cooperação Técnica para implantação de bancos comunitários de sementes em áreas de agricultura familiar na África do Sul, em Moçambique e na Namíbia (julho de 2010).
- Realização de missão de intercâmbio para vinda ao Brasil de representantes de organizações de agricultores familiares da África do Sul, de Moçambique e da Namíbia (abril/2010).
- Realização da 1ª Missão das Organizações Sociais Brasileiras para África do Sul, Moçambique e Namíbia, com vistas à elaboração do projeto de cooperação (outubro de 2009).
- Participação de delegação africana composta por 11 países no Fórum Social Mundial, realizado em Belém (PA), em janeiro de 2009, e no Seminário África-Brasil: participação social e cooperação internacional, realizado em Brasília (DF), em fevereiro de 2009.

#### **Missão Haiti**

- Sensibilização e identificação dos atores sociais e governamentais haitianos para participação em futuros projetos de cooperação.
- Seminário para o Diálogo Internacional Haiti-Brasil: cooperação técnica e participação social.

## **Participação social no mercosul**

Desde 2003, o Mercosul figura entre as prioridades do Governo Federal, que concentrou esforços para a ampliação da participação da sociedade civil nos acordos de integração regional. Foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

### **Encontros com o Mercosul**

Os Encontros com o Mercosul são eventos de divulgação e debate sobre o bloco econômico sul-americano, realizados por todo o território brasileiro, particularmente nas capitais mais distantes da fronteira sul. Os encontros propiciam às entidades sociais e empresariais debater amplamente o Mercosul e suas implicações para cada Estado e para o dia a dia de seus cidadãos. Insere-se no esforço mais amplo do Governo brasileiro em envolver a sociedade nos temas prioritários da política externa.

Além das organizações locais filiadas às entidades nacionais que integram o Foro Consultivo Econômico-Social (sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, associações empresariais e organizações de cooperativismo), participam dos Encontros do Mercosul organizações de estudantes, do meio ambiente, de mulheres, de direitos humanos e de agricultura familiar; centros de cultura; pastorais sociais; universidades; centros ou redes de pesquisa; grupos de juventude; populações tradicionais; associações de funcionários públicos locais, dentre outras.

Os seminários Encontro com o Mercosul são coordenados pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pela Seção Brasileira do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul (CUT, Força Sindical/União Geral dos Trabalhadores/UGT, Confederação Nacional da Indústria/CNI, Confederação Nacional do Transporte/CNT, Confederação Nacional da Agricultura/CNA e Confederação Nacional do Comércio/CNC), com o apoio dos seguintes parceiros: Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Parlamento do Mercosul; governo estadual local; governo municipal local.

### Objetivos

- Aproximar o Mercosul da população dos estados brasileiros.
- Informar sobre a importância política, econômica, social e estratégica da integração regional.
- Promover a dimensão política, social e cultural da integração.
- Envolver os setores organizados da sociedade civil e estimulá-los a participar das agendas públicas do Mercosul.

### Data de início

31/3/2005

## Cúpulas Sociais do Mercosul

São espaços de diálogo e interação, de governos e sociedade civil dos países-membros e associados, a respeito do processo de integração regional. Realizam-se semestralmente, de forma coordenada com a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul. A organização da atividade é de responsabilidade do país que está exercendo a Presidência *Pro Tempore* do Bloco. As propostas emanadas dos debates realizados nas cúpulas sociais são encaminhadas às Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul para apreciação pelos presidentes dos estados-partes.

No Brasil, a coordenação-geral do processo das cúpulas sociais está sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência da República. Também participam do evento outros ministérios que atuam nos órgãos do Mercosul (reuniões especializadas e de ministros, comissões e subgrupos de trabalho); a sociedade civil (movimentos e organizações sociais, plataformas e redes que trabalham com os temas do Mercosul e da integração sul-americana); o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul; o Parlamento do Mercosul e a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

A primeira cúpula social foi realizada pelo Brasil, em dezembro de 2006, em Brasília (DF). Desde então, as cúpulas sociais tornaram-se eventos regulares da agenda oficial do Mercosul. Entre 2006 e 2010, oito edições foram realizadas:

1. Brasília (DF-Brasil), em 2006
2. Assunção (Paraguai) e Montevidéu (Uruguai), em 2007
3. Tucumã (Argentina) e Salvador (BA-Brasil), em 2008
4. Assunção (Paraguai) e Montevidéu (Uruguai), em 2009
5. Isla del Cerrito/Resistencia (Argentina), em julho de 2010

A IX Cúpula Social do Mercosul acontecerá em Foz do Iguaçu (PR-Brasil), entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2010, com a participação de 600 lideranças da sociedade civil dos países do Bloco.

### Objetivos

- Incidir na agenda dos chefes de Estado do Mercosul.
- Sistematizar e dar visibilidade à agenda social da integração regional e avançar para além dos acordos comerciais.
- Defender e apoiar a integração regional.
- Divulgar, informar e capacitar a sociedade civil sobre o processo de integração regional.
- Fortalecer a participação social e a cidadania regional.
- Aproximar o Mercosul das populações.

**Data de início**

12/12/2006

**Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo**

Coordenado pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo ministro das Relações Exteriores, o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo foi instituído para promover a interlocução do Governo Federal com as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas para o Bloco. Participam do Conselho representantes de centrais sindicais, de confederações da agricultura familiar, de pastorais sociais, do movimento negro, de cooperativas, de organizações de pequenos e médios empresários, de entidades de economia solidária, dos direitos humanos, de mulheres, da juventude, do meio ambiente, da saúde, da educação e da cultura, dentre outros.

[Veja em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

O Conselho se reúne quatro vezes ao ano, sempre antecedendo as reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), de modo que as opiniões da sociedade civil brasileira sejam consideradas nas negociações oficiais. Os conselheiros da sociedade civil têm autonomia para definir os temas de pauta a serem tratados e outros encaminhamentos relacionados ao formato e à condução das reuniões.

**Objetivos**

- Divulgar as políticas, prioridades, propostas em negociação e outras iniciativas do Governo Brasileiro relacionadas ao Mercosul.
- Fomentar discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial, que envolvam aspectos relacionados ao Mercosul.
- Encaminhar ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo do Mercado Comum do Mercosul as propostas e as sugestões que alcancem consenso, nas discussões realizadas com as organizações da sociedade civil.

**Data de início**

6/10/2008

**Instrumento legal**

- Decreto Presidencial nº 6.594, de 6 de outubro de 2008

**Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS)**

É um órgão auxiliar do Conselho do Mercado Comum (CMC) formado por representantes de alto nível, com competência nas temáticas sociais e participativas dos estados-partes. Cada Estado-parte possui um membro titular e um suplente. A CCMAS tem por missão identificar prioridades para a integração social; coordenar e harmonizar a implementação das políticas sociais do Mercosul; promover o desenvolvimento humano integral e fomentar a participação da sociedade civil. A CCMAS também trabalhará para implementar o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas). Os representantes da CCMAS são ministros designados pelos estados-partes Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A coordenação é rotativa de acordo com a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul.

**Objetivos**

- Identificar prioridades políticas de integração social.
- Coordenar e harmonizar a implementação das políticas sociais no Mercosul.
- Estimular a participação social.
- Apresentar propostas de trabalho ao CMC.
- Propor ao CMC a adoção de projetos sociais regionais específicos.
- Coordenar, com as demais reuniões de ministros e reuniões especializadas, os objetivos estratégicos que darão conteúdo ao Peas.
- Coordenar, com a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS), a elaboração de propostas técnicas pelo Instituto Social do Mercosul (ISM).

## Data de início

9/6/2010

## Instrumento legal

- Mercosul/CMC/DEC. nº 39/08

## Modelo de gestão

Não se aplica.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

### Encontros com o Mercosul

Os Encontros com o Mercosul remontam a dezembro de 2003, quando os presidentes dos países do Bloco aprovaram o capítulo Mercosul Social, no Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006, no qual aparece o compromisso de “propiciar a ampliação da participação da sociedade civil”. No mesmo capítulo, apresenta-se o conceito Mercosul Cidadão, referindo-se às dimensões educativa, social e cultural da integração.

Outra motivação para a iniciativa veio da necessidade de divulgar o Mercosul junto às populações dos estados brasileiros mais distantes da fronteira do Cone Sul, propiciando a participação da sociedade civil no debate, a partir de uma abordagem do Mercosul centrada em seus impactos e benefícios para a sua realidade local.

### Cúpulas Sociais do Mercosul

As Cúpulas Sociais do Mercosul foram criadas para aprofundar o diálogo sobre o processo de integração regional com os movimentos, organizações e redes sociais, gerando novos espaços para que a sociedade civil possa debater com o Governo, formular demandas e participar dos processos decisórios, também no que diz respeito aos assuntos de política externa. Seu objetivo principal é alargar as bases de participação social no Mercosul, levando em consideração o fato de que a integração sul-americana é a prioridade máxima da política externa brasileira.

### Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo

O Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo foi criado diante da necessidade de divulgar as políticas e iniciativas do Governo relacionadas ao Mercosul e fomentar o diálogo com a sociedade civil sobre a integração regional. Trata-se de política prioritária para o desenvolvimento do Bloco, que tem como um de seus principais obstáculos o desconhecimento por parte das populações. O Conselho abre novo capítulo nas relações entre o Governo e a sociedade civil no que se refere à participação social em uma área prioritária da política externa brasileira: a integração sul-americana.

### Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul

As premissas consideradas para a criação da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul foram:

- Avançar no desenvolvimento da dimensão social no Mercosul, com vistas a fortalecer o processo de integração.
- Superar as assimetrias entre os estados-partes.
- Coordenar e harmonizar a implementação das políticas sociais no Mercosul.
- Elaborar um Plano Estratégico de Ação Social.
- Fomentar a participação da sociedade civil.

## Resultados

### Encontros com o Mercosul

Ao todo, foram realizados quatro encontros em 2005 (Recife/PE, em março; Salvador/BA, em maio; Belém/PA, em junho; e Belo Horizonte/MG, em outubro); um em maio de 2006 (Fortaleza/CE); um em julho de 2008 (Rio de Janeiro/RJ); e um em outubro de 2009 (São Luís/MA).

Esses eventos contribuíram para a internalização do assunto Mercosul junto à população local; o reforço e a abertura do canal de participação social; a disseminação do conhecimento por meio de cartilha, de encontros e seminários autogestionados; o aumento do nível de informação sobre o Bloco; a repercussão do tema em diversos setores da cidade/região que sedia o encontro (mídia, universidades, empresas, organizações sociais); a criação do Observatório do Mercosul em Salvador (BA), pela Prefeitura Municipal, em 11 de maio de 2005; e a criação do Observatório do Mercosul em Belém (PA), pelo comitê local, em 30 de junho de 2005.

### Cúpulas Sociais do Mercosul

Organização das edições da Cúpula em 2006 (Brasília/DF) e 2008 (Salvador/BA) pela SG-PR. A Cúpula de Brasília reuniu cerca de 500 participantes de diferentes países do Mercosul, entre os dias 12 e 14/12/2006. Já a Cúpula de Salvador, realizada em 14 e 15/12/2008 contou com a presença de 600 lideranças.

Tanto as edições brasileiras quanto as realizadas nos demais países do Bloco tiveram como produto a elaboração de documento contendo as posições e sugestões da sociedade civil sobre as negociações em andamento no Mercosul, que foram apresentadas aos presidentes dos países-membros. De forma inédita, delegados da sociedade civil, representados nas cúpulas sociais, participaram das reuniões dos presidentes dos estados-partes e associados do Mercosul, realizadas no Rio de Janeiro (2007), na Costa do Saúpe (2008) e em Assunção (2009). Nesse sentido, a Cúpula Social do Mercosul tem permitido institucionalizar a participação social – uma prioridade do Governo Federal ao longo dos últimos oito anos – também no que diz respeito à política externa.

As cúpulas sociais têm merecido o reconhecimento dos presidentes dos países do Bloco. Desde 2006, encontram-se diferentes menções feitas à iniciativa nos Comunicados Conjuntos dos estados-partes do Mercosul.

#### **Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo**

Desde sua criação, o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo realizou uma reunião de instalação (6/10/2008), com a presença do presidente da República, e sete reuniões ordinárias, com uma média de 51 participantes. Foram tratados os seguintes temas:

1. Reunião, em 19/11/2008 – Integração Produtiva e Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas).
2. Reunião, em 17/3/2009 – Agenda da Integração Social e Fórum das Micro e Pequenas Empresas e Empreendimentos de Pequeno Porte do Mercosul.
3. Reunião, em 9/6/2009 – Estrutura, Funcionamento e Planejamento do Conselho do Mercosul Social e Participativo e Agenda Econômico-Comercial do Mercosul.
4. Reunião, em 2/12/2009 – Mercosul, Unasul e Relações Bilaterais Brasileiras na América do Sul.
5. Reunião, em 5/4/2010 – Instituto Social do Mercosul.
6. Reunião, em 23/6/2010 – Negociações Externas do Mercosul (acordos com outros blocos e países).
7. Reunião, em 9/8/2010 – Migrações e Trânsito de Pessoas no Mercosul.

O funcionamento do Conselho tem possibilitado o compartilhamento de informações e o debate de alto nível acerca de temas prioritários da agenda do Mercosul. Os participantes da sociedade civil e do Governo têm tido a oportunidade de dialogar com os responsáveis diretos pelas políticas voltadas para o Mercosul.

#### **Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul**

Atendendo à demanda da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS), foi criado em 2007 e inaugurado em 2009 o Instituto Social do Mercosul. Trata-se de uma instância de formulação técnica, responsável pela elaboração de pesquisas e estudos de viabilidade de projetos sociais no Mercosul. Tem por objetivo contribuir para a consolidação da dimensão social no Mercosul, por meio da elaboração de projetos sociais regionais, sistematização dos indicadores estatísticos sociais, sistematização e difusão de boas práticas realizadas na região e promoção de mecanismos de cooperação regional.

- Reunião técnica da CCMAS (Buenos Aires, 1º/6/2010).
- Elaboração e discussão da primeira versão do regimento da CCMAS (Buenos Aires, 1º/6/2010).
- Instalação da CCMAS (Buenos Aires, 9/6/2010).
- Reunião da Seção Nacional da CCMAS (Brasília, 1º/9/2010).
- Elaboração do Plano Estratégico de Ação Social – 2ª versão (Brasília, 1º/9/2010).

### **Diálogo Social na Agenda do Presidente**

O presidente da República participou diretamente do diálogo social: recebeu ou visitou as principais entidades nacionais de representação dos mais diversos segmentos da sociedade, das entidades empresariais às centrais sindicais, dos movimentos sociais às organizações de trabalhadores rurais, das ONGs às fundações, das igrejas às universidades, intelectuais e estudantes.

O presidente encontrou-se, em suas viagens internacionais, com as maiores entidades da sociedade civil. Nessas ocasiões, o Governo colheu importantes subsídios para a implementação e o aperfeiçoamento de programas e políticas públicas, ao ouvir e incorporar sugestões da população diretamente beneficiada. Nas viagens internacionais, também houve a preocupação de incluir atividades com entidades e personalidades dos países visitados, como as organizadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República em Portugal, na Espanha, na Holanda, na África do Sul etc.

#### **Objetivo**

Aproximar o presidente da República da sociedade civil nacional e internacional.

### **Instrumento legal**

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e pela Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005

### **Modelo de gestão**

Não se aplica.

### **Resultados**

O Governo Federal inovou ao estabelecer um padrão de relacionamento diferenciado com as entidades representativas da sociedade civil. Atores sociais desconsiderados pelo poder público passaram a ter interlocução qualificada e sem intermediários com a administração federal. Exemplo dessa nova orientação são as centenas de encontros, reuniões e eventos realizados por ocasião das visitas do presidente da República aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal. Desde 2003, já foram realizados 840 viagens e eventos externos nos quais manteve contato com entidades e movimentos sociais.

## **Elaboração de Subsídios para os Pronunciamentos do Presidente**

A presença e a palavra do presidente da República também se constituíram em importante fator de comunicação política e diálogo com a sociedade civil brasileira. A palavra do chefe do Governo é disseminada por meio de pronunciamentos oficiais, mensagens, prefácios de livros e apresentações de revistas.

### **Objetivo**

Elaborar subsídios para os pronunciamentos do presidente da República.

### **Instrumento legal**

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e pela Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005

### **Modelo de gestão**

Os textos são elaborados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a partir de subsídios encaminhados pelos respectivos ministérios.

### **Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado**

Os pronunciamentos do presidente da República constituem uma das principais formas de relacionamento e de comunicação da Presidência com a sociedade, seja pela frequência, seja pela importância política.

A elaboração dos subsídios para os pronunciamentos requer constante e fina sintonia com as decisões políticas e administrativas da Presidência e com a agenda do presidente, além do acompanhamento cotidiano da conjuntura social e política. Da mesma forma, a atividade demanda intenso contato com as diversas áreas do Governo Federal para captar e checar as informações que constarão dos pronunciamentos.

Entre as inovações introduzidas está o Repórter do Discurso. Em determinadas ocasiões, um ou mais redatores da equipe dedicam-se a coletar histórias de cidadãos ou de comunidades que integram uma iniciativa governamental a ser tratada em evento com pronunciamento do presidente (como é o caso do lançamento de um programa ou da inauguração de um empreendimento). Tais histórias – muitas vezes coletadas em campo, durante viagens que antecedem a comitiva presidencial – ganham o formato de uma reportagem que poderá ser utilizada pelo presidente em seus pronunciamentos.

### **Resultados**

O presidente da República realizou, entre janeiro de 2003 e agosto de 2010, 2.205 pronunciamentos. Em 1.323 casos (60% do total) ele contou com subsídios e demais textos preparados pela SG-PR. Esse número cobre quase a totalidade dos eventos oficiais de caráter nacional. Eventos diplomáticos e realizados no exterior têm subsídios preparados pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Assessoria Internacional do Gabinete Pessoal do Presidente da República, exceto o discurso de abertura da Sessão Anual das Nações Unidas, em setembro de cada ano. A produção total ultrapassa 1,7 mil textos.

## Participação Social no Ciclo de Gestão

A participação social nas atividades do Estado é um importante instrumento de interação com a sociedade. Constitui um canal para a inclusão de suas demandas, para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a prática da co-responsabilidade. Conforme disposto na legislação vigente, a sociedade deve desempenhar papel relevante na discussão e na elaboração dos planos de Governo, cabendo a este fomentar o processo e informar periodicamente à população sobre o andamento das políticas públicas.

Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, entre outras atribuições, compete a elaboração, o monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual e dos orçamentos anuais, bem como a coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal. A Secretaria-Geral, órgão essencial da Presidência da República, tem como área de competência, dentre outras, o relacionamento e a articulação com as entidades da sociedade civil, além da criação e da implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo.

Em razão do exposto, esses órgãos promoveram entre os meses de maio e agosto de 2003, de forma inédita, amplo processo de discussão sobre a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007. Pela primeira vez, um projeto de desenvolvimento para o País foi discutido com segmentos sociais em todos os estados brasileiros.

A elaboração dos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 foi de fundamental importância para a ampliação e consolidação da participação social nos processos decisórios do Governo Federal. Tratou-se de nova oportunidade para avançar na democratização e na melhoria da gestão pública, por meio da adoção compartilhada de compromissos de desempenho com a sociedade, em uma iniciativa que traduz a preocupação do Governo em contribuir para a construção de um Estado democrático, coerente com os desafios da atualidade e com as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Para o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 foi promovido um debate nos conselhos e comitês que contam com representantes da sociedade civil organizada.

### Objetivos

Construir a participação social no ciclo de gestão e planejar o Brasil ouvindo a sociedade.

### Data de início

Abril de 2003

### Instrumento legal

- Não se aplica

### Modelo de gestão

Não se aplica.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

As iniciativas foram desenvolvidas para ampliar a participação social no ciclo de gestão, democratizar as decisões do Governo, mediante a participação social, e aproximá-lo da sociedade.

O amplo processo de consulta à sociedade sobre o Plano Plurianual 2004-2007 – quando o Governo Federal abriu o debate sobre estratégias de desenvolvimento – foi considerado um marco na história brasileira de participação social. Além disso, destacam também o desafio que representou para a própria sociedade civil deslocar-se das políticas locais e contribuir para pensar o País como um todo.

### Resultados

Foram realizados 27 fóruns estaduais de participação social, que contaram com a presença de 2.170 representações de entidades, organizações e movimentos de caráter nacional, regional e temático que atuam em cada estado.

O processo de participação da sociedade na elaboração do PPA 2004-2007 foi organizado mediante a realização de consultas públicas sobre as Orientações Estratégicas de Governo, apresentadas na forma de 24 desafios, organizados em três megaobjetivos. A inclusão de seis novos desafios ao PPA 2004-2007 foi um dos resultados das consultas públicas realizadas. Além disso, 21 outros desafios apresentados pelo Governo Federal tiveram sua redação alterada em função das consultas realizadas.

O resultado desses debates foi sintetizado em documento elaborado pela Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong) e pela Inter-Redes Direitos e Política, parceiras do governo na organização dos fóruns, e foi entregue ao presidente da República em ato no Palácio do Planalto com representantes dos 27 estados.

A consulta pública nos fóruns estaduais e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social gerou alterações na proposta original do Governo, permitindo a criação de seis novos desafios a serem enfrentados no período de execução do PPA 2004-2007.

O debate com os conselhos nacionais de políticas públicas sobre o PPA 2008-2011 resultou nas seguintes diretrizes para orientação do processo: valorização dos canais de participação social existentes e das propostas já construídas nesses espaços (conselhos, conferências, fóruns etc.); formulação conjunta de prioridades entre ministérios e conselhos para elaboração do PPA; e informação a todos os participantes sobre o resultado final do processo.

## Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

O Programa de Formação de Conselheiros Nacionais é uma iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Por meio do Programa, são ofertados cursos que propiciem aos participantes o desenvolvimento de uma visão crítica e global da sociedade, associada ao aprimoramento de competências básicas contextuais e de gestão específicas para a gestão democrática participativa do Estado.

A Formação de Conselheiros Nacionais integra o Curso de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, nas modalidades de Especialização e de Aperfeiçoamento, e 17 cursos de curta duração (modalidade Atualização), ofertados por meio de educação a distância. O Programa também engloba um ciclo de debates e lançamentos de livros com temáticas relacionadas às disciplinas.

### Objetivos

- Contribuir para a formação qualificada de conselheiros nacionais de políticas públicas, de gestores e de técnicos do Governo Federal, que trabalham com processos participativos, e de representantes de organizações da sociedade civil de abrangência nacional.
- Criar espaço de reflexão e troca de experiências relacionadas à participação social e à democratização da gestão do Estado.

### Data de início

Abril de 2008

### Instrumento legal

- Termo de Cooperação entre a SG-PR e a UFMG

### Modelo de gestão

Não se aplica.

### Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Constituição de 1988 consagrou o princípio da participação em políticas públicas, tais como saúde, assistência social, trabalho, políticas urbanas e meio ambiente, ainda que não tenha instituído a forma de conselho. Essa última foi estabelecida pelas legislações setoriais específicas, dentre elas a Lei Orgânica da Saúde (LOS), a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses três instrumentos, junto com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), formavam, até o começo deste Governo, o cerne dos conselhos nacionais.

Desde 2003, um conjunto de ministérios, agências e outros órgãos federais promoveram políticas – da criação de órgãos colegiados à realização de audiências públicas e conferências nacionais –, que contaram com a participação da sociedade civil e envolveram, em suas diferentes etapas, mais de cinco milhões de pessoas.

Para se consolidar, essa ampla estrutura de participação social necessita implantar uma política de formação continuada para os atores sociais ou os representantes da sociedade civil e do Governo engajados em processos participativos.

### Resultados

- Beneficiados 4.372 alunos, na primeira fase do Programa, distribuídos nas seguintes modalidades de curso: Especialização (138), Aperfeiçoamento (65) e Atualização (4.169).



- Produzidas 138 monografias abrangendo amplo leque de registro, análise e discussão das mais diversas experiências no campo da democracia participativa no Brasil.
- Criado o sítio eletrônico <http://www.ufmg.br/conselheirosnacionais/> para registrar e disponibilizar todo o material criado pelo Programa.
- Distribuídos 5.590 kits com uma brochura e um DVD contendo material pedagógico e de apoio metodológico ao aluno.
- Realizados seminários regionais para discussão de políticas participativas, com a presença de cerca de 900 participantes. Nesses eventos, foram debatidos os seguintes temas:
  - a) República, Democracia e Participação, no seminário em Brasília (DF).
  - b) Pensamento Social Brasileiro e Participação da Juventude, no Rio de Janeiro (RJ).
  - c) Experiências Internacionais de Participação, em Fortaleza (CE).
  - d) Participação Social e Internet, em Rio Branco (AC).
  - e) Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais – Defesa das Monografias, em Brasília (DF).
  - f) Experiências de Participação no Brasil Democrático, em Belo Horizonte (MG).

## Prêmio ODM Brasil

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram definidos durante a Cúpula do Milênio, realizada na sede da ONU no ano 2000, em Nova Iorque. O Brasil, ao lado de 190 países, foi um dos signatários da Declaração do Milênio, documento que oficializou um pacto para tornar o mundo mais justo até 2015. Para isso, foram estabelecidos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que devem ser alcançados por meio da implementação de políticas de saúde, educação, saneamento, habitação, meio ambiente, parcerias de sustentabilidade e promoção da igualdade de gêneros.

Em 2005, visando possibilitar as condições necessárias para o cumprimento das metas estabelecidas até 2015, o Governo Federal criou o Prêmio ODM Brasil. Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, foram realizadas três edições (2005, 2007/2008 e 2009/2010). Sua existência é fator expressivo de conhecimento, de divulgação da plataforma ODM e de projeção de iniciativas em prol dos Objetivos do Milênio. Até a terceira edição foram inscritos 3.459 projetos.

O Prêmio nasceu no marco da intensificação das ações conjuntas do Estado e da sociedade para resolver os problemas mais profundos do País. Os participantes dessa iniciativa são os municípios e as organizações da sociedade civil – ONGs, empresas, universidades, fundações e entidades empresariais e de trabalhadores – que promovem o alcance dos ODM.

Desde a segunda edição do Prêmio, são realizados seminários estaduais de divulgação, que já contaram com a participação de mais de 11 mil representantes do voluntariado. Durante os seminários de 2009, foram criados núcleos estaduais de ODM nos 26 estados e no Distrito Federal. Esses núcleos são instrumentos apropriados para ampliar o conhecimento sobre os ODM, estimular a produção de informações e a disseminação de experiências bem sucedidas.

### Objetivos

- Incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- Subsidiar a construção de repertório e banco de práticas de referência para a sociedade e os gestores públicos, no marco das políticas públicas.
- Reconhecer publicamente os esforços em favor dos ODM.

### Data de início

Dezembro de 2005

### Instrumentos legais

- Decreto s/n, de 15 de dezembro de 2005, que instituiu o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil
- Decreto nº 6.202, de 30 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil.

## Participação e controle social

Entende-se a democracia participativa como o ambiente ideal para o cumprimento dos ODM. Diz a Declaração do Milênio, na página 2: “Os homens e as mulheres têm o direito de viver a sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir esses direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular”.

## Modelo de gestão

No âmbito do Governo Federal, a temática dos ODM está sendo desenvolvida com participação da Casa Civil e do Ministério das Relações Exteriores. Também estão envolvidos outros órgãos diretamente ligados aos ODM como os ministérios da Saúde; Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Educação, além da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Também são parceiros o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Enap. O Prêmio ODM Brasil conta com patrocínios da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

## Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Prêmio ODM Brasil foi criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O mote principal é estimular os agentes sociais, destacar boas práticas sociais que, mesmo nos locais mais distantes, contribuem de algum modo para que o Brasil alcance os Objetivos do Milênio.

## Resultados

- Elaboração de relatórios de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- Vinculação das políticas, programas e projetos dos ministérios aos Objetivos do Milênio.
- Criação do Portal ODM: <http://www.portalodm.com.br/>.
- Lançamento da Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2009-2012.
- Realização do Programa Caixa-Banco do Brasil ODM, unindo esforços na realização de ações e projetos.
- Criação de Núcleos Estaduais ODM nos 26 Estados e no Distrito Federal.
- Realização de seminários estaduais para divulgação do Prêmio ODM Brasil e do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio.
- Produção e distribuição de material sobre a municipalização dos ODM e realização de oficinas em todos os estados sobre mobilização e municipalização dos Objetivos do Milênio.

Veja em [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br), tabelas relativas aos resultados deste item.

### PRÊMIO ODM BRASIL: Nº DE INSCRIÇÕES DE PRÁTICAS

Categorias	1ª Edição	2ª Edição	3ª Edição
Organizações	443	572	785
Prefeituras	364	490	692
Destaques	113	-	-
<b>Total</b>	<b>920</b>	<b>1062</b>	<b>1477</b>
Premiados	8 prefeituras 9 organizações 10 destaques	8 prefeituras 12 organizações	11 prefeituras 9 organizações

OBS: Dada a qualidade dos projetos inscritos, o Governo Federal criou um banco de práticas de referência para a sociedade e os gestores públicos, disponível no Portal ODM.

## MARCOS LEGAIS

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 – dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, e dá outras providências.
- Decreto s/n de 15 de dezembro de 2003 – institui o Fórum Governamental de Participação Social (FGPS) e dá outras providências.
- Decreto de 1º de março de 2007 – institui grupo de trabalho, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de estabelecer proposta de participação social no acompanhamento da elaboração e da execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
- Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 – dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004-2007. Prevê a participação da sociedade civil na elaboração do PPA.
- Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 – dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011. Prevê a participação da sociedade civil na elaboração do PPA.
- Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008 – institui o Programa Mercosul Social e Participativo, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.
- Decreto nº 6.619, de 29 de outubro de 2008 – dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

